

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

***ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO Á MATERNIDADE E Á
INFÂNCIA DE SURUBIM***

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, E DE 2017
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES.***

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31.12.2018 e 31.12.2017.**

ÍNDICE

	Página
I – Considerações Iniciais	02
II - Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	04
III - Demonstrações contábeis	
• Balanço Patrimonial	07
• Demonstração do superávit(déficit)	08
• Demonstração das mutações do patrimônio líquido	09
• Demonstração dos fluxos de caixa	10
• Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

Recife (PE) 20 de junho de 2019.

Aos

**Associados e Administradores da
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM**
Recife (PE)

Atenção da Senhora **Maria Irene Ferreira Lima**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

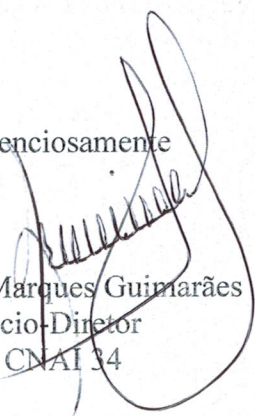
Nos termos de nossa carta-contrato, firmada com V.Sas., examinamos o balanço patrimonial da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM, levantado em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa com as notas explicativas, tendo sido o nosso relatório datado em 19 de junho de 2019


Este relatório, para melhor entendimento, foi elaborado em 02 (duas) partes:

- Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis*
- Apresentação das Demonstrações Contábeis*

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a cooperação e cortesia que nos foram dispensadas pela administração e funcionários da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM com as quais mantivemos contatos no decorrer dos nossos trabalhos.

Atenciosamente


Arnaldo Marques Guimarães
Sócio-Diretor
CNAI 34

 **Guimarães**
& Associados
Auditoria Independente
CRC - PE 376/0-2
CVM 5312

***RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS***

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Administradores e Acionistas

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM
Recife (PE)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM, que compreendem o Balanço Patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido, levantados em 31 de dezembro de 2018, correspondentes ao exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

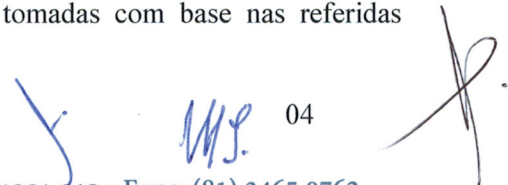
Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



04

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultado de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditorias obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

As demonstrações referentes ao exercício findado em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós, com parecer datado, de 07 de julho de 2017 sem ressalvas.

Recife (PE), 19 de junho de 2019.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM



BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Valores em Reais Sem Centavos

ATIVO	Nota	2018		2017		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2018		2017	
Circulante											
. Caixa e equivalentes de caixa	4	807.570	2.287.614	. Fornecedores		333.917	227.579				
. Contas a receber		6.208.698	5.070.220	. Empréstimos e financiamentos	6	212.417	261.470				
. Estoques		181.166	181.166	. Obrigações tributárias	7	246.313	210.481				
. Seguros a apropriar		1.851	1.679	. Obrigações tributárias - parcelamento	8	50.195	50.195				
		7.199.285	7.540.697	. Obrigações sociais	9	1.956.007	1.906.348				
				. Outra obrigações		126.118	90.389				
						2.924.967	2.746.462				
Não circulante											
. Realizável a longo prazo				Não circulante							
- Aplicações financeiras		1.000	1.000	. Empréstimos e financiamentos	6	2.026.261	1.506.265				
- Depósito judicial		5.996	5.996	. Obrigações tributárias - Parcelamentos	8	464.076	514.271				
. Imobilizado	5	1.932.045	2.354.961			2.490.337	2.020.536				
		1.939.041	2.361.957	Patrimônio líquido							
				. Patrimônio social		671.681	671.681				
				. Reserva de Lucros		970.075	970.075				
				. Supéravit (déficit) de exercícios anteriores		2.081.265	3.493.900				
						3.723.021	5.135.656				
TOTAL DO ATIVO		9.138.326	9.902.654	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.138.326	9.902.654				

Itens são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPÉRAVIT(DÉFICIT)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Valores em Reais Sem Centavos

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Receita Operacional Bruta		
• Convênios SUS (Receita pública)	16.740.183	16.980.847
• Convênios privados(Receita privada)	171.935	124.449
• Convênio)	21.867	109.934
• Doação de pessoas físicas	<u>1.860</u>	<u>-</u>
Receita bruta	16.935.845	17.215.230
Custos hospitalares	<u>(14.458.609)</u>	<u>(14.462.747)</u>
Superávit bruto	2.477.236	2.752.483
(Despesas) receitas operacionais		
• Despesas administrativas	(3.111.357)	(3.490.959)
• Depreciações e amortizações	(426.666)	-
• Outras receitas	73.115	81.640
	<u>(3.464.908)</u>	<u>(3.409.319)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(987.672)	(656.836)
Resultado financeiro		
• Despesas financeiras	(495.304)	(412.985)
• Receitas financeiras	<u>70.340</u>	<u>405.968</u>
	<u>(424.964)</u>	<u>7.017</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u>(1.412.636)</u>	<u>(663.853)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Valores em Reais Sem Centavos

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Superávit(déficit) acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	671.681	970.075	4.244.198	5.885.954
Ajustes de Exercícios anteriores	-	-	(86.445)	(86.445)
Superávit(Déficit) do exercício - 2017	-	-	(663.853)	(663.853)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	671.681	970.075	3.493.900	5.135.656
Deficite do Exercícios anteriores - 2018	-	-	(1.412.635)	(1.412.635)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.343.362</u>	<u>970.075</u>	<u>2.081.265</u>	<u>3.723.022</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Valores em reais(sem centavos)

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Atividades operacionais		
Superávit (deficit) líquido	(1.412.635)	(663.853)
Ajustes para reconciliar o Superávit líquido		
- Depreciação/amortização	-	-
- Ajustes decorrentes de baixa	-	-
- Ajustes exercício anterior - Absorção prejuízos anteriores	-	(86.445)
Superávit (deficit) líquido ajustado	(1.412.635)	(750.298)
(Aumento)Redução de Ativos operacionais		
- Contas a receber	(1.138.478)	(2.206.883)
- Estoques	-	(60.915)
- Outros créditos	-	-
- Conta poupança - Convênios	-	-
- Seguros a apropriar	(172)	(295)
	(1.138.650)	(2.268.093)
Aumento(Redução) de Passivos operacionais		
- Fornecedores	106.338	6.431
- Obrigações tributárias	35.832	12.351
- Obrigações sociais	49.659	17.832
- Outras obrigações	35.729	(77.879)
- Convenio e contratos	(49.053)	(81.396)
	178.505	(122.661)
Caixa líquido originado das atividades operacionais	(2.372.780)	(3.141.052)
Atividades de investimentos		
- Aquisição de bens p/ Ativo Imobilizado	-	-
- Baixas bens do ativo imobilizado e reversão da depreciação	(422.936)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(422.936)	-
Atividades de financiamentos		
- Aquisição de empréstimos e financiamentos	519.996	644.225
- Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-
- Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(864.590)
- Amortização Parcelamentos - Lei Nº . 11941/2009	(50.195)	(50.195)
Caixa líquido originado nas atividades de financiamentos	469.801	(270.560)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.480.043)	(3.411.611)
Caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	2.287.614	5.699.225
No fim do exercício	807.571	2.287.614
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.480.043)	(3.411.611)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Valores em Reais (Sem Centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Surubim, também designada APAMI, constituída em 15 de novembro de 1946, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, com sede em Surubim, Estado de Pernambuco e tem por finalidade:

Colaborar com o desenvolvimento do Município de Surubim e para a melhoria da condição de vida sua população e de outros municípios, garantindo a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, e a integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema, sem distinção de raça, cor, religião, opinião política e condição social, preservando a autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral, assegurando o direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde, protegendo sempre a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice e até onde lhe permitir as suas finanças, observando sempre, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência do Sistema Único de Saúde expresso na Constituição Federal e na Lei n. 8.080/90.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a legislação societária brasileira Lei nº. 6.404/76 alterada, principalmente, pelas Leis nº. 11.638/07 e nº 11.941/09, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as Normas Brasileiras de Contabilidade – aplicáveis às pequenas e médias empresas– NBC TG 1000, e Entidades sem finalidade de lucros –ITG 2002, estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aprovadas pelas Resoluções CFC 1.255/10 e CFC 1.409/12, respectivamente.



ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM

3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Receitas e Despesas

- São reconhecidas pelo regime de competência.

3.2 Contas a Receber

-Compõem o saldo do “Contas a Receber”, recursos dos convênios oriundos de serviços prestados ao SUS – Sistema Único de Saúde e, dos convênios firmados com entidades particulares. A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Surubim - APAMI não constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, incidentes sobre as contas a receber.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

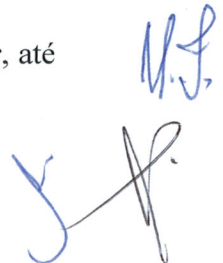
- Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas do encerramento dos exercícios e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.4 Estoques

-O valor do saldo em estoque, constante do Balanço Patrimonial se refere a materiais hospitalares e medicamentos utilizados no atendimento exclusivo às atividades da entidade, tais como: Urgência e emergência; ambulatoriais; Internação hospitalar e serviços auxiliares de diagnósticos e terapias. Estão avaliados pelo custo de aquisição que não supera o valor de mercado.

3.5 Imobilizado

- Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, até o exercício findo em 31.12.2018, obedecendo à legislação fiscal.



ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa		
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento		
Banco do Nordeste do Brasil c/20195-3	158	2.249
Caixa Economica Federal C/C 3.139-9	8.527	4.272
Caixa Economica Federal C/C 342-8	83	7.533
Caixa Economica Federal C/C 492-0	5.369	2.341
CEF C/C 1110-2 - UPAE LIMOEIRO	-	-
Caixa Economica Federal C/C 1.084-0	-	-
Itau C/C 208.200	10	10
	<u>14.147</u>	<u>16.405</u>
Aplicação financeira - Liquidez imediata		
BB c/c 3,139-9	97.776	70.970
BB c/c 10.003-x	925	6.857
Caixa FIC Soberano c/c 1110-2	-	370.549
Itau c/c 20.820-0	4.211	10.108
Caixa FIC Ideal C/C 492-0	-	-
Bradesco C/A 7.502-7	-	9.199
Caixa 492-9 (Poupança)	-	-
CEF FIC Soberano RF LP 003.1084	117.018	111.629
CEF FIC Giro MPE Referenciado DI	48.202	181.981
CEF c/c 342-8	-	3.663
CEF c/a 1.084-0	52.407	93.199
Banco do Brasil c/35.003-6	-	17.852
CEF 51.8-5/429-0	934	879
CEF FI Simples c/525-8	6.816	281.044
CEF FI Simples c/531-2	20.922	448
ITAU - TRUST DI	127.985	942.988
	<u>477.196</u>	<u>2.101.366</u>
Conta Poupança		
CEF C/P 492-9	804	769
CEF C/P 29.325-3 CONV. PROJ.QUALISUS	28.417	25.788
Ourodiária	287.008	143.289
	<u>316.229</u>	<u>169.843</u>
	<u>807.572</u>	<u>2.287.614</u>





ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM
5. IMOBILIZADO

	2018			2017
	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.723.198	(702.860)	1.020.338	857.542
Equipamentos de Informática	249.273	(139.844)	109.429	130.487
Instalações	119.232	(46.456)	72.776	84.699
Máquinas e Equipamentos	1.880.791	(1.354.819)	527.972	757.083
Móveis e Utensílios	373.301	(221.230)	152.071	189.402
Veículos	69.690	(69.690)	-	(8.924)
Central telefônica	-	-	-	(867)
Ar Condicionados	91.616	(40.157)	51.459	-
Construções em Andamentos	-	-	-	345.539
Sistema de Comunicação	5.200	(5.200)	-	-
	4.512.301	(2.580.256)	1.934.045	2.354.961

-Deixamos de calcular a depreciação, usando a faculdade da Legislação fiscal.

6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31.12.2018	31.12.2017
Circulante		
Aymoré Crédito Financiamento 2	-	36.473
Finamé - BNDS	13.823	18.431
CEF.Contrato 15.1295.610.00000023.06.LP (i)	193.795	192.731
Brasil - C/C 3.139-9 COMPENSAR	4.799	11.915
CEF c/c 1110-2	-	1.920
	212.417	261.470
Não Circulante		
CEF- contrato 15.1295.610.00000023.06.LP (i)	2.026.261	-
FINAME - BNDS	-	13.823
CEF - Contrato. 15.1295.610.000000.22-25 (i)	-	1.492.442
	2.026.261	1.506.265
	2.238.678	1.767.735

- (i) - Credor: CEF- Caixa Econômica Federal
- Data de contratação – 27.09.2018
 - Montante – 2.200.000,00
 - Tx de juros mensal - 1.69%
 - Prazo - 84 meses
 - Valor da prestação mensal - R\$ 49.585,72



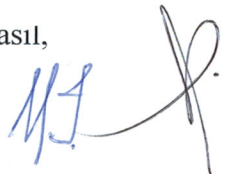
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SURUBIM
7. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Obrigações tributárias		
IRRF s/ salários - Cod. 0561	147.687	146.903
IRRF s/ salários - Cod. 0588	52.581	20.027
IRRF P. Jurídica - Cod. 1708	6.383	6.387
PIS/COFINS/CSLL retidos - Cod. 5952	13.857	11.777
PIS S/ Folha de Pagamento - Cod. 8301	14.429	14.084
INSS retido a pagar	8.339	8.323
INSS retido a recolher	3.037	2.980
	<u>246.313</u>	<u>210.481</u>

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – PARCELAMENTOS

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Circulante		
Lei nº 11.941/009		
Débitos previdenciário Ñ. parcelados - Cod. 1233	37.939	37.939
Débitos previdenciário Parc. Remanesc. - Cod. 1240	8.481	8.481
Demais débitos RFB - Saldos remanesc. - Cod. 1285	3.775	3.775
	<u>50.195</u>	<u>50.195</u>
Não Circulante		
Lei nº 11.941/009		
Débitos previdenciário Ñ. parcelados - Cod. 1233	350.105	388.044
Débitos previdenciário Parc. Remanesc. - Cod. 1240	79.246	87.727
Demais débitos RFB - Saldos remanesc. - Cod. 1285	34.725	38.500
	<u>464.076</u>	<u>514.271</u>
	<u>514.271</u>	<u>564.466</u>

A entidade aderiu ao parcelamento dos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, em bases previstas na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.



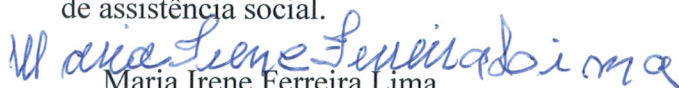

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

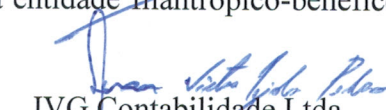
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Obrigações e contribuições a recolher		
Ordenados e salários	578.023	640.662
Contribuição sindical a recolher	9.016	2.737
Taxa assistencial a recolher	39.413	39.413
Taxa sindicato farmacêutico	71	71
Contribuição confederativa	9.266	9.266
Autônomo a pagar	84.693	8.850
	<u>720.482</u>	<u>700.999</u>
Obrigações previdenciárias		
INSS a pagar	55.164	51.979
FGTS a pagar	92.337	89.269
	<u>147.501</u>	<u>141.248</u>
Provisões s/ folha de pagamento		
Provisão Férias	1.000.536	967.419
Pis s/Férias	7.456	3.858
FGTS s/ Férias	80.032	77.392
INSS s/ Férias	-	15.432
Autônomo - Inss	-	-
	<u>1.088.024</u>	<u>1.064.101</u>
	<u>1.956.007</u>	<u>1.906.348</u>

10. RENÚNCIA FISCAL

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Isenção</u>	<u>Isenção</u>
Contribuição Patronal Previdenciária	2.169.782	2.095.215
SAT/RAT	286.306	274.593
Terceiros	553.326	530.880
Cofins	507.364	513.159
	<u>3.516.778</u>	<u>3.413.847</u>

Em atendimento à Lei n.º 8.742/93 e suas respectivas alterações, a entidade é isenta no que se refere à cota patronal relativa à contribuição para a seguridade social (INSS) sobre o montante apurado em sua folha de pagamento de funcionários e autônomos assim como os demais tributos. Dispõe-se aqui, como se devido fosse, os montantes que teriam de ser recolhidos caso a entidade não se enquadrasse como uma entidade filantrópico-beneficente de assistência social.


 Maria Irene Ferreira Lima
 Diretora/Presidente
 CPF: 773.767.224-91


 JVG Contabilidade Ltda
 CRC-PE 00967/ O-6
 Responsável Técnico
 Juan Victor Izídio Pedrosa
 Contador CRC-PE 029020/O-1